

# A Arábia Saudita no dilema dos prisioneiros e a queda recente no preço do petróleo

Raissa de Oliveira Zignago, Universidade Federal de São João del-Rei, +5532984301096,  
[raissazignago@outlook.com](mailto:raissazignago@outlook.com)

Thiago Periard do Amaral, Universidade Federal de São João del-Rei, + 5532991209299,  
[thiagoperiard@ufsj.edu.br](mailto:thiagoperiard@ufsj.edu.br)

## Resumo

A Arábia Saudita era conhecida como o “produtor pulmão” (swing producer) do mercado de petróleo. Ela era praticamente o único país do mundo com uma capacidade ociosa na produção de petróleo, o que permitia ao país exercer forte influência ao atuar como um ofertante de última instância. Desta maneira, parte do equilíbrio do mercado de petróleo se encontrava nas mãos do reino saudita. Se fosse interesse do país, ele poderia aumentar a oferta e derrubar o preço ou fechar as torneiras da produção e elevar o preço do produto. Apesar de deter, em teoria, essa capacidade de influenciar o preço do petróleo, observa-se, desde meados de 2014, uma forte queda do preço do produto sem nenhum grande movimento saudita para conter essa queda. O objetivo deste trabalho é ajudar na compreensão dos motivos que levaram a Arábia Saudita a não atuar de forma ativa neste ciclo recente de redução do preço do petróleo. Espera-se encontrar as respostas no mutável equilíbrio de poder do Oriente Médio e na maneira como a geopolítica recente limitou as opções da Arábia Saudita até levá-la a uma estratégia que acaba por atingir seus próprios interesses.

**Palavras-chave** – Arábia Saudita, Geopolítica do petróleo, Preço do petróleo.

## 1 – Introdução

O mercado de petróleo apresentou um comportamento marcado por grandes ciclos ao longo das últimas décadas. De acordo com Yergin (2008), Auzanneau (2014) e Engdahl (2004), dos anos 1930 ao início dos anos 1970 ele apresentava um perfil bem estável, com poucas oscilações dramáticas de preços. Os choques de 1973 e 1979 foram as primeiras experiências recentes de fortes e súbitos incrementos do preço do petróleo. Nos anos 80, sobretudo a partir do contrachoque em 1985-1986, o preço do produto entrou numa trajetória declinante que só seria revertida no início dos anos 2000 com as pressões de demanda de uma China crescendo dois dígitos por ano. Autores como Kesicki et al. (2009) argumentam que o aumento do preço do petróleo nos anos 2000 deve ser considerado como um terceiro choque, tamanha sua intensidade.

Conforme se pode ver nos dados de EIA (2017), depois de atingir o valor histórico de 147 dólares por barril em 2008, com a agudização da crise financeira, o preço do petróleo despencou rapidamente, atingindo menos de 40 dólares por barril no início do ano seguinte. Desde a queda causada pela crise, o preço do petróleo passou por três ciclos bastante distintos. O primeiro, entre o início de 2009 e o início de 2011, em que houve uma recuperação sólida do preço, voltando ao patamar de 100/120 dólares por barril. De 2011 até meados de 2014, o preço do petróleo manteve-se mais ou menos estável dentro deste patamar de 100/120 dólares por barril, até que em meados de 2014, quando o mercado entra num novo ciclo de queda que só vai atingir o ponto mais baixo em 2016. Neste período, o preço do petróleo caiu de 110 para menos de 30 dólares, tendo uma queda intensa, de 110 para 40 dólares por barril acontecido no curto espaço do último trimestre de 2014. Apesar de uma subida para o patamar dos 50 dólares por barril, é evidente que o mercado ainda se encontra muito distante do equilíbrio vigente nas duas primeiras etapas do pós-crise de 2008.

Segundo Kesicki et al. (2009), a Arábia Saudita é reconhecida como o único país do mundo a dispor de uma razoável capacidade ociosa na produção de petróleo. Historicamente, o país atuou para equilibrar o mercado e impedir grandes variações de preços como a vista recentemente. Desde os anos 1970, o reino aprendeu que o uso político do petróleo pode equivaler ao emprego da força bruta, sendo muitas vezes chamada de “arma” a utilização dos interesses petrolíferos para a obtenção de objetivos maiores, conforme explica Copinschi (2012). O uso exagerado dessa arma após os choques dos anos 70 acabou prejudicando a própria Arábia Saudita e, em 1986, o país desistiu de tentar controlar o preço do petróleo de maneira tão forte e optou por um sistema onde ela continuaria tendo importância decisiva, mas sua atuação se daria de maneira mais marginal.

Como mostram Maugeri (2006) e Parra (2010), a partir da introdução do sistema de preços por *netback* a Arábia Saudita passa atuar mais no “ajuste fino” do mercado do que na tentativa de manter um patamar de preços. Dito de outra forma, ao invés de tentar estabelecer o preço final do petróleo, ela passa a evitar mudanças mais bruscas nestas variações. Essa mudança de estratégia deve ser entendida face aos custos incorridos pelo país na tentativa de estabelecer um patamar de preços para o petróleo logo após os choques dos anos 1970.

Baseada na ideia de que uma redução de sua oferta criaria uma escassez de petróleo no mercado, tendo por consequência o aumento dos preços, a Arábia Saudita cortou seguidamente sua produção ao final dos anos 1970 e primeira metade dos anos 1980. Conforme se pode observar nos dados de BP (2016), sua produção antes dos choques era em torno dos 10 milhões de barris por dia. Na tentativa de restringir a produção para elevar o preço, a Arábia Saudita foi cortando sua produção até esta estar reduzida a somente 4 milhões de barris por dia em 1985. Mas, ao contrário do desejado, o preço também estava caindo e, desta maneira, o país via suas receitas duplamente atingidas, pela própria queda do preço e pela redução da quantidade produzida.

Suportar uma redução da produção para manter o preço em um patamar desejado pode até soar como uma atitude racional. Mas cortar 60% da produção e ainda assim não obter o resultado esperado é uma carga que o país decide não mais incorrer a partir de meados dos anos 1980. Essa mudança de atitude da Arábia Saudita teve impacto profundo no mercado de petróleo, tendo o seu preço entrado numa tendência baixista que iria perdurar por mais de 15 anos.

Se o período de 1986 é conhecido como o contrachoque do mercado de petróleo, são facilmente encontradas referências ao ciclo de elevado preço dos anos 2000 como um terceiro choque do preço do petróleo, como afirma Kesicki et al. (2009). Como visto, esse ciclo de altos preços sofreu um breve interregno com a crise de 2008, mas até meados de 2014 o patamar de preços se encontrava favorável aos interesses dos países produtores, permitindo a acumulação de lucros extraordinários e de reservas internacionais. Se é possível se identificar esse ciclo de alta, de meados dos anos 2000 até 2014 (com o breve intervalo da crise em 2009), como um terceiro choque do petróleo, seria possível dizer que a queda verificada depois de 2014 é um segundo contrachoque? Existem razões explicativas que se aplicavam àquela situação e que podem ajudar a entender o evento mais recente? O comportamento da Arábia Saudita continua sendo de fundamental importância para a compreensão das resultantes observáveis no mercado de petróleo atual? Espera-se que este trabalho ajude a jogar alguma luz sobre essas questões.

## 2 – OPEP e cartel

No mais difundido manual de introdução à economia de Mankiw (2014), a questão da explicação para o comportamento do preço do petróleo aparece várias vezes. A primeira abordagem que o autor oferece é a explicação envolvendo a substituição do petróleo. Desse ponto de vista, uma das principais consequências do aumento dos preços do petróleo nos anos 70 foi a viabilização de fontes alternativas que acabaram por diminuir a demanda por petróleo no longo prazo. É verdade que os “*gas guzzlers*” saíram de moda e o etanol ganhou um forte impulso, dando à demanda um ritmo de crescimento bem menor do que havia vigorado ao longo dos “trinta gloriosos”. A demanda mundial, que era de 10 milhões de barris por dia em 1950, saltou para mais de 65 milhões de barris diários no final dos anos 70. Nos 20 anos seguintes, até a virada do século, o consumo cresceu apenas mais 15 milhões de barris por dia, totalizando cerca de 80 milhões por dia no ano 2000, de acordo com dados de Favennec e Mathieu (2014).

Mankiw (2014), de mais a mais, menciona que o preço alto do petróleo também ajudou a viabilizar novas áreas dentro da própria cadeia petrolífera. A intensificação da atividade em bacias importantes como o Alasca, Mar do Norte e Campos foram consequência do aumento do preço do petróleo, que tornou atrativo o investimento nestas regiões.

O autor volta ao tema do contrachoque dos anos 80, oferecendo uma nova interpretação para o fenômeno. Desta vez, o autor diz que o motivo da queda do preço é uma insatisfação interna dentro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) que leva os países integrantes a não cumprirem seus acordos de quotas de produção.

Este problema pode ser colocado de maneira a refletir uma situação típica de teoria dos jogos. Os países da OPEP atingiriam o melhor resultado econômico possível ao cortarem suas produções, e, assim, elevarem os preços. No entanto, esse equilíbrio não é um equilíbrio de Nash, pois existem incentivos individuais ao aumento da produção por dado país, enquanto os outros membros fazem o sacrifício. Portanto, assim como em um dilema dos

prisioneiros, o resultado obtido pelo conjunto é inferior ao que seria possível obter mantendo-se a cooperação entre os membros da organização.

Desta maneira, pode-se perceber que a OPEP, apesar de deter uma grande parcela das reservas e da produção mundial de petróleo, nem sempre consegue agir como um cartel, pois os incentivos individuais entre os membros os levam a tomar caminhos que acabam por inviabilizar a ação conjunta. Aplicando estes conceitos teóricos à realidade do mercado de petróleo nos anos 80, pode-se perceber claramente esta situação de equilíbrio de Nash, que levou ao contrachoque do petróleo.

O ponto de partida é o entendimento de que um cartel é um oligopólio que age de maneira a maximizar o lucro conjunto adotando práticas de controle do mercado. A OPEP é seguidamente chamada de “o cartel dos países produtores de petróleo” como em Auzanneau (2014); portanto, o que se espera da organização é que ela articule os interesses de seus membros de maneira a obter o melhor resultado para o conjunto. Como mostra a teoria econômica, o resultado esperado para um cartel é equivalente ao obtido por um monopólio, onde as quantidades vendidas são inferiores ao equilíbrio concorrencial, o preço é mais alto e, com isso, existe um excedente apropriado pelo produtor. Os preços são superiores aos custos médios, o que permite ao monopolista a obtenção de lucro econômico positivo.

Os problemas do cartel aparecem quando os interesses dentro do grupo começam a divergir. Enquanto os interesses são compartilhados, o cartel consegue atingir o resultado de maximização do lucro, mas quando os diversos atores dentro do oligopólio, por algum motivo, começam a buscar seus próprios interesses o resultado atingido pode acarretar a diminuição do preço e, por conseguinte do excedente do produtor.

A OPEP ganhou o controle do mercado de petróleo ao nacionalizar empresas e ditar uma política de produção que visa o aumento do preço nos anos 70, como pode ser visto em Furfari (2012) e Yergin (2008). Essa política tem o efeito desejado a partir de 1973, quando países da organização ameaçam interromper o fornecimento de petróleo para os países envolvidos na Guerra do Yom Kippur (1973). Ao ameaçar restringir o mercado de petróleo, a OPEP ganha consciência e passa a usar ativamente sua arma política de persuasão. Em 1979 acontece o segundo choque em função da crise que se segue à Revolução iraniana. A partir de então, o preço sobe devido ao pânico, mas começa a cair consistentemente até a queda vertiginosa de 1986.

O que mudou entre o primeiro e o segundo choques que os preços não se mantiveram no patamar elevado ao longo dos anos 80? Em parte o esforço de ganhos de eficiência e a abertura de novas fronteiras para a exploração de petróleo explicam esses acontecimentos, mas uma grande mudança na geopolítica no Oriente Médio não deve ser desconsiderada para a compreensão do que se passou dentro da OPEP a partir de 1979.

Na sequência da Revolução iraniana o país entra em guerra com seu vizinho Iraque, como pode ser visto em Cattaruzza e Foucher (2014). Os dois países são membros da OPEP e deveriam seguir a política de quotas para o sucesso do controle de preços. Contudo, neste momento, incentivos individuais para cada um desses países induziam-nos a aumentar sua produção, de forma a ganhar alguma vantagem no conflito. Caso o outro país cooperasse e mantivesse sua produção dentro das quotas o país que burlou o sistema e aumentou a produção se veria beneficiado por uma receita maior para si e uma receita inferior para o adversário (que teria mantido a produção baixa). Seguindo esses incentivos individuais, ambos os países tenderiam a aumentar a produção, dificultando a maximização do lucro conjunto.

Autores como Pertusier (2004) discutem a força da OPEP para atuar como um cartel. Em boa parte as conclusões são que a OPEP é um cartel fraco, pois não possui mecanismos de punição capazes de enquadrar, coercitivamente, seus membros ao cumprimento das quotas. O nível de rivalidade dentro da organização é tão grande que não são incomuns conflitos envolvendo diretamente membros da organização. A Guerra Irã-Iraque (1980) e a invasão do Kuwait (1990) são exemplos de hostilidades diretas entre países da OPEP, mas também não deve ser subestimado o conflito indireto entre Arábia Saudita e Irã pelo papel de potência regional.

A formação do preço do petróleo é influenciada pela postura adotada pelos países da OPEP, em especial pela Arábia Saudita. Desta forma, conhecer os interesses e os conflitos existentes entre os países integrantes desta organização é tarefa essencial se se deseja entender os verdadeiros fundamentos do mercado de petróleo. Partindo dessa ideia de que o comportamento dentro da OPEP pode ser descrito na forma de um constante dilema dos prisioneiros, espera-se mostrar como esses incentivos individuais levaram a uma tomada de estratégia por parte da Arábia Saudita que se assemelha ao dilema dos prisioneiros enfrentado durante o primeiro contrachoque. A diferença é que, agora, quem está sendo incentivada a não controlar a produção é a própria Arábia Saudita. Para tentar entender como o país chegou à situação atual, é necessário um breve histórico para posicionar as grandes diretrizes da geopolítica saudita. Em seguida, apresentar-se-ão os principais pontos de conflitos externos e internos do país de forma a destacar as pressões que o levam a tomar o caminho de não restringir sua produção mesmo

sabendo que terá que arcar com os ônus de um preço baixo do petróleo por um período prolongado. Por fim irá se retomar a narrativa baseada na ideia de dilema dos prisioneiros para apresentar os conflitos atuais enfrentados pelo governo saudita e como eles interferiram no movimento recente de queda do preço do petróleo.

### **3 – As fundações das relações internacionais sauditas**

De acordo com Lacey (1981), a região que hoje é o atual Reino da Arábia Saudita foi durante séculos uma área sob o controle do Império Otomano. Apesar de algumas tentativas de independência e unificação precoces, o país só se torna uma entidade autônoma na década de 1920. Primeiramente com o Reino do Hejaz em 1926 e, depois, com o Reino do Nejd em 1927 e a unificação sob o Reino da Arábia Saudita em 1932.

O processo de independência do país se dá sob o forte auxílio da Inglaterra, preocupada em reduzir a influência turca sobre os países da região. Na Primeira Guerra Mundial, com o objetivo de enfraquecer o Império Otomano, a Inglaterra financia a revolta árabe, comandada por Harry St. John Philby e T. E. Lawrence. O objetivo da criação de um Estado Árabe é mal sucedido, mas a derrota do Império Otomano acaba com o controle turco na região.

Ainda de acordo com o Lacey, Adul Aziz Ibn Saud já vinha conquistando territórios do Império Otomano mesmo antes da Primeira Guerra Mundial. Ao final da Primeira Guerra, ele consegue se impor sobre as famílias que disputavam o controle da região e funda o reino que será unificado em 1932. No entanto, o domínio estrangeiro continua, não mais sob os Otomanos, mas sob a administração das potências ocidentais. A França e a Inglaterra dividiram a região em áreas de influência no celebre acordo de Sykes-Picot. Por este acordo, os povos árabes poderiam ser tornar independentes sob a chefia de um líder local; no entanto, os espólios do Império Otomano são divididos sem o cuidado de preservar fronteiras naturais, étnicas e religiosas. A divisão se dá em razão das áreas pleiteadas pelos franceses, atuais Líbano e Síria, e os ingleses, atuais Iraque, Kuwait, Jordânia e parte da atual Arábia Saudita.

Desta maneira, o país consegue sua independência e o reconhecimento internacional, mas continua dependente de relações de proteção de potências estrangeiras. Há que se recordar que a região era de muito baixa densidade populacional, com a maioria vivendo de forma nômade, quase sem contato com a modernidade. Com a unificação do Reino, a família Saud ganha o controle de um imenso território, estrategicamente localizado, mas que, exceto pelas receitas da peregrinação à Meca, não dispunha de outras grandes atividades econômicas.

Segundo Brown (1999), a situação muda de figura com a descoberta de petróleo no final da década de 1930. A partir de então, o reino passa a contar com um objeto de interesse que vai mudar completamente sua inserção mundial. É necessário destacar que, na mesma época em que se descobre petróleo no deserto árabe, o mundo está entrando no maior conflito de sua história. A Segunda Guerra Mundial reafirmou a importância estratégica do acesso às reservas petrolíferas. Não havia mais dúvidas de que o suprimento adequado de petróleo era uma condição de sobrevivência em conflito de escalas industriais como foram as guerras mundiais.

Para não deixar dúvidas da importância que se dava à garantia de suprimento adequado de petróleo, o presidente americano Franklin D. Roosevelt, voltando das discussões da Conferência de Ialta em 1945, recebe o rei saudita, oferecendo segurança e assistência militar em troca do acesso ao petróleo do reino. Este acordo é conhecido como Acordo do Quincy, em homenagem ao navio onde ocorreu o encontro, às margens do Canal de Suez.

Com o Acordo do Quincy a Arábia Saudita liga o seu destino no pós-guerra ao alinhamento com os Estados Unidos da América (EUA). Mais uma vez, a guerra muda a potência externa na região, agora substituindo a Inglaterra pelos EUA. No entanto, um ponto de divergência permanece entre os dois países - a situação de Israel. Apesar de se posicionar claramente do lado ocidental durante a Guerra Fria, a Arábia Saudita não recebe bem a ideia da instalação do Estado Judaico em terras mulçumanas.

Bronson (2006) e Cooper (2011) mostram que, para se somar aos atritos causados pela questão de Israel, a presença americana no Oriente Médio nunca foi isenta de problemas. No contexto da Guerra Fria, sendo um ponto estratégico, seja pelo petróleo, seja pelo fluxo de comércio na região de Suez, o Oriente Médio foi palco de constantes conflitos na ideia de uma potência enfraquecer a outra usando-se de “proxys”.

Desta forma, apesar dos EUA serem a potência dominante na região, sua dominância no Oriente Médio nunca se deu de forma incontestada, muito pelo contrário. Com a recuperação que aconteceu após a saída da Segunda Guerra, muitos países do Terceiro Mundo começaram a reclamar a sua inserção no processo de crescimento mundial. Dessas vozes contestatórias da situação de desigualdade entre os países surgiram as iniciativas “terceiro-

mundistas”, caracterizadas pelos 10 princípios da Conferência de Bandung, que defendem o direito ao não-alinhamento com as potências beligerantes da Guerra Fria, assim como o reconhecimento de que a principal questão internacional não era o conflito Ocidente versus Oriente, mas sim a situação de desigualdade entre os países do Norte e os países do Sul, conforme se pode ver em Boniface (2014). Apesar de aliada estratégica dos EUA, a Arábia Saudita participa da Conferência de Bandung, mostrando solidariedade com os ideais nacionalistas de seus vizinhos.

A Arábia Saudita, como a maioria dos países do Oriente Médio, participou da Conferência de Bandung. Na mesma época, inspirado pelos mesmos ideais nacionalistas o Egito, sob a liderança do General Gamal Nasser, vinha promovendo a ideia da criação do Estado Árabe que havia sido prometido pela Inglaterra na luta contra os Otomanos na Primeira Guerra. A ideia pan-árabe ganhava força na medida em que a Guerra Israelo-palestina de 1948 se mostrou uma derrota humilhante para os árabes. Em 1956 o Egito, junto com a Síria, enfrentam os interesses ocidentais pela primeira vez ao nacionalizarem o Canal de Suez e prometerem a exclusão do trânsito de navios de países que mantivessem relações com Israel.

Como pode ser visto em Sant’anna (2015), em 1960, ao lado de mais quatro países, a Arábia Saudita participa da fundação da OPEP. Embora os resultados objetivos da OPEP não tenham aparecido senão mais de uma década mais tarde, a criação da organização mostra o crescente interesse em tomar o controle sobre o mercado de petróleo entre os países da região. Nos anos 60, um novo evento coloca as relações entre os árabes e os EUA sob tensão. Com o aumento da influência soviética no Egito e na Síria, Israel ataca os dois países tomando largas áreas do Egito (Sinai), da Síria (Colinas de Golã) e da Jordânia (Cisjordânia) em 1967. A Arábia Saudita mantém sua fidelidade aos interesses americanos e não participa do conflito.

Uma nova rodada de agressões começa no dia 6 de outubro de 1973, o dia do perdão, uma das datas mais importantes do calendário judaico, com as forças militares de Egito e Síria tentando retomar áreas perdidas na Guerra dos Seis Dias. Desta vez a Arábia Saudita manda tropas para ajudar nos conflitos. As consequências desta guerra não se resumem à participação ativa da Arábia Saudita, mas a maior alteração do balanço de poder no mercado de petróleo em pelo menos 50 anos (desde os acordos de Achnacarry que haviam estabelecido as regras de atuação das empresas ocidentais de petróleo na região).

Sampson (1975) mostra que, como resposta aos países que ajudassem Israel na Guerra do Yom Kippur, os países da OPEP propunham um embargo da venda de petróleo, além de declararem um reajuste unilateral dos preços. Esse é o marco da tomada de poder dos países produtores sobre a precificação do óleo. Se, antes de 1973, eram as “setes irmãs” que davam as cartas, a partir da primeira crise do petróleo era evidente que os países árabes passaram a deter maior controle sobre os seus destinos.

De acordo com Parra (2010), o período de ouro da OPEP vai ter curta duração. Com a crise de 1979 no Irã, as divergências internas se tornam insustentáveis. De um lado, os países sunitas apoiados pelos EUA (Arábia Saudita e Iraque), do outro, o Irã, com apoio soviético. Neste momento, a Guerra Fria passa a ter influência ainda mais direta na região. Com a Revolução Iraniana, os interesses petrolíferos das empresas americanas e inglesas são atingidos, com a nacionalização e a expulsão dos estrangeiros do país. Para se opor ao novo regime de Teerã, os EUA passam a financiar Saddam Hussein, no Iraque, tentando dificultar a consolidação do regime dos Aiatolás no pós-crise de 79. Se antes o conflito opunha Israel aos árabes, a partir de então o conflito se internaliza entre os próprios países árabes.

Por conta da guerra Irã-Iraque, que se prolonga por quase toda a década de 80, os países envolvidos no conflito têm suas economias bastante prejudicadas. Para piorar a situação, o preço do petróleo começa a cair, por conta do aumento da oferta da própria OPEP e de outras regiões, assim como uma redução no ritmo de crescimento da demanda pelo produto. A Arábia Saudita tenta conter o preço elevado tomando para si a função reguladora, retirando seu petróleo do mercado de maneira a criar uma escassez de oferta. No entanto, os esforços sauditas são insuficientes para compensar o aumento da produção dos outros países, incluindo Irã e Iraque, que se encontram no dilema dos prisioneiros de que cortar suas produções acarretaria em vantagens para o adversário.

Sofrendo as consequências da tentativa do controle de preços, a Arábia Saudita abdica dessa função em 1986, causando um aprofundamento da queda do preço do barril. O novo panorama de preços baixos iria perdurar até o final dos anos 90, e nesse novo cenário uma nova reestruturação do jogo de poder global acontece com o fim da União Soviética. A nova ordem mundial estabelecida com o fim da Guerra Fria traria novos desafios para o reino saudita. No entanto, é necessário destacar que, ao longo de sua formação, o país sempre esteve a serviço de interesses estrangeiros, que, em maior ou menor medida, dominavam a região. Após o período de domínio Otomano, se seguiu um breve período de domínio inglês, substituído pela ascensão americana no pós-guerra. Apesar de ter interesses próprios nos jogos geopolíticos da região, a margem de atuação da Arábia Saudita sempre foi restrita pelos interesses externos, aos quais ela tinha que se compatibilizar. O domínio americano sobre o país é

importante desde o fim da Segunda Guerra Mundial, mas algumas questões os opõem, em especial no tocante a Israel. Na próxima seção serão apresentados os desenvolvimentos recentes na geopolítica do país, onde fica claro que as tensões acumuladas pelo país nas suas relações exteriores continuam a determinar os resultados do mercado de petróleo.

#### 4 – Desenvolvimentos recentes

Com o fim da União Soviética muitos viram o mundo sob o controle hegemônico americano. Outros autores, de grande influência junto aos tomadores de decisão em Washington, como Huntington (1995), passaram a identificar nos países árabes os principais adversários dos EUA dentro da ordem mundial nascente no pós-Guerra Fria. O prenúncio da continuada presença ativa dos EUA no Golfo Pérsico se concretizou com a retaliação à invasão iraquiana ao Kuwait em agosto de 1990. Utilizando-se de bases situadas no território saudita, os EUA bombardearam e invadiram o Iraque, forçando uma retirada das tropas iraquianas do Kuwait e estabelecendo uma zona de exclusão aérea.

Como afirma Lacey (2009), o Iraque representava um problema complicado para a Arábia Saudita. Por um lado Saddam Hussein era um contraponto sunita para a influência iraniana. Por outro, representava uma forma de governo laico, de influência militar, pela qual a casa real dos Saud nunca demonstrou grande apreço. Desta forma, um Iraque fraco, mas combativo, atendia aos interesses sauditas.

Yergin (2011) mostra que, ao longo dos anos 90, o Iraque foi mantido em estado vegetativo por um programa de sanções que impedia o país de exportar petróleo. Posteriormente, as sanções foram reduzidas permitindo a troca de petróleo por comida, mas o país não se recuperou completamente a ponto de conseguir estabelecer uma verdadeira resistência à invasão americana de 2003.

Ao invadir o Iraque e derrubar o governo de Hussein, os EUA alojam-se diretamente nos conflitos no Oriente Médio. Se até então ele se utilizava mais da influência sobre os outros países para alcançar seus objetivos, a partir de 2003 há um considerável aumento dos gastos e da presença militar norte-americana na região. Desta vez, a Arábia Saudita se opôs formalmente à invasão, mas existem indícios de que ofereceu suporte aos EUA de forma encoberta como se pode ver em Lacey (2009). A posição ambígua se deveu a, de um lado, desejar a queda do regime de Saddam Hussein e, do outro, temer os resultados que poderiam advir de uma desestabilização no Iraque.

Os anos 2000 foram anos de grande crescimento econômico para a Arábia Saudita, grandes projetos de modernização em Meca e Riad dominaram a paisagem do deserto com arranha-céus e outros símbolos de modernização, como pode ser visto em Peer (2012). Enquanto os EUA estiveram no Iraque, a preocupação saudita com um ataque frontal do Irã era diminuída pela presença do poderoso aliado separando os dois países. Para melhorar a situação, o Irã era fortemente pressionado em função de seu alegado programa nuclear. Pressões diplomáticas e sanções econômicas foram amplamente utilizadas pelos EUA na tentativa de enfraquecer o país dos Aiatolás.

Com a alta do preço do petróleo nos anos 2000, a economia saudita decolou. A acumulação de reservas foi imensa, chegando a mais de 500 bilhões de dólares em meados da década de 2010, como se pode verificar em SWFI (2017). Para evitar questionamentos à sua legitimidade, o governo saudita tem gastos consideravelmente generosos com seus súditos. Apesar do controle político e religioso estrito, o governo oferece uma elevada proteção social em retribuição.

Um dado importante no tocante aos gastos públicos do país é a observação de qual seria o preço do petróleo necessário para equilibrar o orçamento público do país. Esse dado é conhecido como o “*budget breakeven*” e pode ser visto em IEA (2013). De acordo com o relatório, o preço do petróleo necessário para a Arábia Saudita equilibrar o seu orçamento público em 2003 era de cerca de 40 dólares por barril. Com a expansão da população e dos gastos públicos, somados a um aumento significativo dos gastos militares esse valor que equilibraria o orçamento saudita em 2011 era estimado em mais de 90 dólares por barril. Se o país ainda continua tendo um dos menores custos de produção de petróleo do planeta, é verdade que a situação saudita depende de preços do petróleo cada vez mais elevados para que não ocorram restrições orçamentárias para o reino. Visto sob outro ângulo, a cada vez que o preço do petróleo cai abaixo de 90 dólares, a Arábia Saudita tem que recorrer as suas reservas para manter a conta equilibrada, como pode ser visto em Körner e Masetti (2015). É verdade que a situação de acúmulo de reservas dá uma grande margem de manobra para o país, mas não é razoável supor que este volume de reservas não se esgotaria na medida em que o preço permaneça por muito tempo num patamar deprimido.

De acordo com EIA (2017), a Arábia Saudita exporta cerca de 6 milhões de barris de petróleo por dia. Com o preço na casa dos 100 dólares por barril a Arábia Saudita tinha receitas com exportação da ordem de 220 bilhões de dólares por ano. Com a redução do preço para o patamar de 40/50 dólares por barril, se reduziria para a casa de 100 bilhões a receita com exportação de petróleo do país. Cada dólar abaixo dos 90 dólares equivale a um gasto que terá que ser coberto pelas reservas do reino. Sendo assim, caso o preço se situe em 40 dólares, a diferença de 50 dólares entre o ponto de equilíbrio do orçamento (*budget breakeven*) e o preço de venda do produto seria responsável por uma diminuição de 100 bilhões de dólares ao ano das largas reservas sauditas. Não é um problema de curto prazo, mas certamente é inquietante para o governo saudita ver suas reservas se esgotando em ritmo tão acelerado, na medida em que o preço do petróleo se estabelece num patamar baixo.

As pressões por maiores gastos governamentais tiveram ainda dois reforços a partir de 2010. Em primeiro lugar, no front interno, o movimento de contestação dos governos estabelecidos no Oriente Médio, conhecido como primavera árabe, também deixou suas marcas no reino da Arábia Saudita. Para evitar contestações, sobretudo com o adoecimento e falecimento do monarca saudita, Rei Abdula, à legitimidade da família real, o governo do país aumentou consideravelmente os gastos sociais como forma de apaziguar os ânimos internos. Do lado da política externa, o país teve que aumentar consideravelmente os gastos militares para fazer frente aos novos desafios que surgiram na década atual.

## **5 - Questões relevantes atuais**

A Arábia Saudita se depara com uma série de desafios no plano geopolítico ao longo da década iniciada em 2010. Esses desafios são, de alguma maneira, reflexos da história do país e da conformação de suas relações internacionais. Nesta seção, serão apresentadas, de maneira sucinta, as principais questões que estão moldando a atuação do reino nos últimos anos.

### **- A Questão de Israel**

Como se pode ver em Bronson (2006), tradicionalmente a Arábia Saudita se opõe ao Estado de Israel, embora não tenha se envolvido de maneira direta na maioria dos conflitos israelo-palestinos. O país é favor da desocupação das colônias israelenses em terras palestinas e da criação de um Estado soberano palestino. No entanto, apesar de oficialmente se colocar contra Israel, a Arábia Saudita compartilha de diversos interesses comuns com o país. Em primeiro lugar, deve-se destacar a estreita parceria que ambos os países compartilham com os EUA. Em segundo lugar, ambos compartilham do temor de uma ascensão iraniana e da ampliação da presença russa na região. Desta maneira, apesar de adversários em muitas questões referentes ao reconhecimento da legitimidade de Israel, a Arábia Saudita apoia, de maneira discreta, muitas das operações de política externa do país judaico.

### **- A Questão do Irã**

Conforme se vê em Séguier (2014), após a morte do profeta Maomé os seguidores do Islã se dividiram em dois ramos. O primeiro deles, liderado pelo genro do profeta, o Califa Ali Ibn Abi Talib, deu origem ao ramo xiita, enquanto o ramo liderado por seu sogro, o Califa Abu Bakr, deu origem ao ramo sunita da tradição muçumana. A partir dessa linha de fratura, houveram diversos cismas, divergências e disputas de poder ao longo da história dessa religião. Dos ramos básicos que dividem as correntes do Islã em xiitas e sunitas surgiu uma imensidade de subdivisões que tornam bastante eclético o panorama do Islã ao redor do mundo.

Estima-se que cerca de 90% dos muçumanos no mundo sigam algum ramo sunita da crença. Mais de 9% são xiitas e menos de 1% seguem outros ramos interpretativos do Corão. Na Arábia Saudita, o ramo dominante é o sunita, na sua vertente conhecida como wahabita ou salafista. Essa vertente do Islã é conhecida por ser ultraconservadora e ortodoxa. Na Arábia Saudita estão localizados os dois principais lugares sagrados para a religião islâmica, Meca e Medina. Todo muçumano deve, pelo menos uma vez na vida, fazer a peregrinação até Meca, o que gera elevadas rendas de turismo para o país (estimavam-se em mais 3.5 milhões de pessoas fazendo o Hajj no final dos anos 2000).

De acordo com Abukhalil (2004), a versão saudita do culto islâmico é considerada bastante radical, sendo um dos poucos países do mundo a manter uma polícia religiosa. Essa radicalização religiosa do governo saudita foi impulsionada, ao final dos anos 1970, por uma série de questionamentos quanto ao relacionamento do país com as

potências ocidentais. Muitos sauditas consideravam que o solo sagrado do país estaria sendo profanado por permitir aos ocidentais usá-lo para subjugar outros muçumanos. Desta indignação surgiram movimentos que passaram a adotar práticas terroristas. Um dos exemplos mais marcantes foi a invasão da Grande Mesquita de Meca em dezembro de 1979. Esse evento foi importante para o endurecimento da regulação religiosa pelo governo saudita e também como precursor do movimento radical salafista, que iria ganhar notoriedade a partir da Al-Qaeda de Osama Bin Laden e de outros grupos mais recentes, como o Estado Islâmico.

Se a Arábia Saudita desempenha um papel de liderança dentro do mundo muçumano de forma geral, o Irã tem um papel de destaque dentre os países de maioria xiita. A maior parte dos seguidores xiitas no mundo segue o ramo duodecimal, cujos Aiatolás no Irã são os grandes líderes.

Desta maneira, uma das principais preocupações da liderança saudita é manter contida a influência iraniana na região. Alguns autores, como Gause III (2016), afirmam que todos os movimentos políticos sauditas têm como objetivo enfraquecer o Irã. Mesmo que não sejam todos os movimentos, é certo que uma boa parte do posicionamento estratégico saudita toma em consideração os impactos no balanço de poder face ao Irã e outras influências xiitas na região, como no caso do Iêmen.

### **- A Questão do relacionamento com os EUA**

A parceria estratégica entre Arábia Saudita e EUA vem desde o final da Segunda Guerra Mundial e do Acordo do Quincy. Ao longo deste longo período, houveram épocas de alinhamento mais amplo e outras de maiores atritos. Por um lado, o apoio às intervenções no Iraque mostrou a cooperação entre os dois países e, por outro, a ameaça de embargo em 73 é um exemplo de como a relação não é sempre pacífica.

Desde a crise de 2008 a Arábia Saudita tem se mostrado ressentida com os rumos da aliança com os EUA. Gause III (2016) e Glaser e Kelanic (2017) discutem de forma detalhada a dinâmica recente dessa relação. Segundo os autores, tanto do lado dos EUA quanto do lado saudita existem muitas questões conflituosas. O próprio presidente Obama admitiu em uma conversa com o primeiro-ministro da Austrália que a relação com a Arábia Saudita é “complicada”.

Desde os ataques de 11 de setembro de 2001, a relação entre os dois países foi estremecida. Grande parte dos perpetradores do ataque era de origem saudita, assim como o líder da organização que assumiu a autoria dos ataques, Osama Bin Laden, da Al Qaeda. Em resposta, os EUA passaram a pressionar os líderes sauditas que teriam financiado a atividade terrorista, inclusive permitindo o julgamento nos EUA, de cidadãos sauditas que fossem acusadas de apoiar o terrorismo.

Do ponto de vista da Arábia Saudita, dois eventos recentes colocaram o país em extrema desconfiança em relação ao seu aliado americano. Em primeiro lugar, a saída dos EUA do Iraque, que colocou no comando do país uma liderança xiita com laços antigos com o Irã, o governante Nuri al-Malik, como conta Anderson (2012). Em segundo lugar, os EUA negociaram ao longo de anos a suspensão das sanções e embargos que o Irã vinha sofrendo em função de seu alegado programa nuclear. Tanto Israel, como pode ser visto em Cohen, Edelman e Takeyh (2016), quanto a Arábia Saudita discordaram fortemente quanto ao relaxamento daquelas sanções.

Na Arábia Saudita, a sensação é de que houve um redirecionamento das relações preferenciais dos EUA para o Irã, o que levou às autoridades sauditas ao questionamento da viabilidade da manutenção da relação especial entre os países. Os críticos americanos acusam a Arábia Saudita de ser um país retrogrado em termos de direitos humanos e equidade de gêneros. Por outro lado, a Arábia Saudita se ressentiu do distanciamento promovido pelo governo Obama e pela inclinação do país em reconhecer o papel de potência regional do Irã.

### **- A Questão do Iraque**

De acordo com Lacey (2011), a Arábia Saudita foi parceira dos EUA na 1ª Guerra do Golfo e não se opôs fortemente à segunda. Enquanto os EUA estivessem no Iraque, para a Arábia estaria tudo bem, visto que houve uma desintegração do partido Baath (secular, ao contrário da visão salafista) e os EUA serviriam de contenção para qualquer ameaça iraniana. Em dezembro de 2011, os EUA retiraram suas tropas do país, deixando somente forças de treinamento e de segurança para instalações críticas para os americanos.

Com o óbvio apoio do governo americano, o Iraque passa a ser dirigido por Nuri al-Maliki, que tem antigas relações com o Irã. Para a Arábia Saudita, a questão é clara: apoiaram os EUA, mesmo que disfarçadamente, e, com o término da ocupação, um político xiita passa a deter o controle do país. A ameaça é que o Irã passe a operar



nas fronteiras do Iraque com a Arábia Saudita, dadas as relações amistosas do Irã com o novo governante iraquiano.

Somando-se a essas desconfianças, o governo de Maliki começa a prestigiar a população xiita, que é maioria no Iraque, mas estava subjugada pelo governo sunita de Hussein. A Arábia Saudita decide, então, se envolver na política interna do Iraque, patrocinando grupos salafistas para conter o aumento da influência iraniana no país. Como resultado desse financiamento às forças sunitas no Iraque, grupos rebeldes começam a ganhar força e a recrutar soldados para conter as ameaças xiitas e sunitas não-salafistas na região. Esses grupos propõem reunificar o Oriente Médio sob uma só bandeira de fé ortodoxa e ficam genericamente conhecidos como Estado Islâmico no Iraque no Levante (ISIS na sigla em inglês). Como nos mostra Lévesque (2016), o financiamento saudita de grupos ligados ao Estado Islâmico vem ocorrendo no Iraque desde antes de 2011. A partir de 2012, o país também passa a apoiar outros grupos rebeldes na Síria.

Em função do “vácuo de poder” caudado pela retirada americana no Iraque, Irã e Arábia Saudita passam a disputar o controle do país. De um lado, o Irã aumenta seu apoio ao governo de Bagdá; de outro a Arábia Saudita tenta minar esse governo com o financiamento de grupos rebeldes. Em 2013, o conflito aberto se torna ainda mais claro com o avanço do Estado Islâmico que em 2014 já controlava amplas áreas do país. A região de controle curdo, ao norte do Iraque, entra no conflito com o apoio americano. Num primeiro momento, o governo de Bagdá sofre pesadas derrotas, com o Estado Islâmico ocupando grande parte do território e chegando a ameaçar a própria capital. O conflito se internacionaliza, expandindo-se para a Síria. Desde a intervenção direta da Rússia, em 2015, o jogo tem se invertido em desfavor dos grupos radicais. Por outro lado, grandes regiões do Iraque foram retomadas pelo governo Iraquiano e pelo exército Peshmerga dos curdos, com o apoio aéreo norte-americano, assim como cidades estratégicas como Faluja e Tikrit foram perdidas pelo Estado Islâmico. Essas perdas são encaradas pela Arábia Saudita como mais uma demonstração de força iraniana na região.

### **- A Questão da Síria**

De forma análoga ao que acontece no Iraque, a Arábia Saudita vê o governo Sírio como um representante da influência iraniana na região, alinhada com a percepção ocidental de que o governo Al-Assad é um aliado russo que representa perigo para o domínio americano no Oriente Médio. Neste caso, Israel, Estados Unidos e Arábia Saudita estão de acordo em relação ao temor que os três nutrem pela Síria. Desta maneira, esta aliança improvável vêm seguidamente operando pelo enfraquecimento do regime de Bashar al-Assad. Em setembro de 2007, Israel atacou preventivamente instalações de segurança sírias e desde 2011 o regime vem enfrentado sérias dificuldades em função da escalada de violência que se seguiu às manifestações anti-governo da “primavera árabe”.

Apoiados por EUA, Israel e Arábia Saudita, os grupos de oposição ao governo sírio se armaram e começaram a disputar posições com o exército do país. Contudo, ao contrário do esperado pelas potências ocidentais, o governo sírio não sucumbiu às pressões e decidiu lutar contra os exércitos rebeldes. Além da evidente catástrofe humanitária, os resultados da crise na Síria foram à ascensão do Estado Islâmico como um dos atores principais no conflito. O Estado Islâmico expandiu suas fontes de receita, incluindo a venda de petróleo, permitindo sua sofisticação e o uso de suas vitórias para atrair ainda mais seguidores para sua causa. A segunda consequência do conflito é o fortalecimento da posição russa na região, haja vista que, mesmo com o apoio ocidental, os exércitos rebeldes não foram capazes de obter uma vitória militar sobre o governo de Assad. Por fim, o eixo formado pelo Governo da Síria, Governo do Iraque e Irã parece se fortalecer cada vez mais, na medida em que os ganhos iniciais do Estado Islâmico são revertidos por esses agentes com a ajuda militar russa, conforme mostra Stent (2016). Desta forma, as pressões externas sobre a Arábia Saudita não param de aumentar.

### **- A Questão do Iêmen**

O Iêmen é um país na Península Arábica com forte presença de xiitas. Essa população xiita vive na região norte do país, que faz fronteira com a Arábia Saudita. Essa população é vista pelo reino como uma ameaça a sua estabilidade. Apesar dos laços com o Irã serem fracos, a Arábia Saudita mantém constante pressão sobre essa população.

Gause III (2016) mostra que um novo capítulo dessa disputa no Iêmen teve início em 2015 com a invasão unilateral da Arábia Saudita após rebeldes de origem xiita terem ocupado a cidade portuária de Aden. Para conter o avanço dos rebeldes Houthis (xiitas), a Arábia Saudita tem se utilizado do apoio à Al-Qaeda e ao Estado Islâmico.

## 6 – Tempestade perfeita?

Como visto nas seções anteriores, os desafios enfrentados pela Arábia, tanto no plano interno quanto externo, não são poucos. Do ponto de vista interno, existem as pressões por maiores gastos sociais, pressão que foi aumentada devido ao fato da morte do Rei Abdula, e, sobretudo pelas reivindicações populares no esteio da “primavera árabe”. Do ponto de vista externo, os desafios não são menores - um distanciamento com os EUA no momento onde a influência iraniana é crescente. Todas essas questões exigem um posicionamento político do reino no intuito de contornar os desafios e obter o melhor resultado possível para o país. Portanto, o posicionamento da Arábia Saudita no mercado de petróleo só pode ser compreendido se levadas todas as questões aqui apresentadas em consideração.

Desta forma, volta-se a pergunta inicial. Porque a Arábia Saudita não utilizou sua capacidade de controle da oferta para evitar a queda vertiginosa do preço do petróleo? Muitos, como *The Economist* (2014) acreditam que foi uma tentativa do país de impedir o crescimento da produção de petróleo em áreas de alto custo, como os não-convencionais na América do Norte. Essa tese sofre com o problema de acreditar que a Arábia Saudita estaria disposta a abrir um confronto direto com as empresas americanas. Dada a relação histórica de aliança entre os dois países, é difícil supor que uma estratégia saudita fosse direcionada efetivamente para atrapalhar os interesses americanos. Assim, aqui espera-se apresentar uma visão alternativa para explicar o comportamento passivo saudita frente à queda do preço do petróleo.

Assim como aconteceu com o Irã e o Iraque nos anos 1980, que não podiam reduzir sua produção em função de incentivos individuais que os levavam a aumentar ao máximo sua capacidade produtiva, a Arábia Saudita vive uma situação parecida ao longo da década atual. O país “perdeu” a capacidade de ditar sua própria política petrolífera a partir dos desafios que foram se impondo ao longo dos últimos anos.

De um lado, o país se via numa posição enfraquecida com o aumento da influência do Irã. Sobretudo a partir da retirada das tropas do EUA do Iraque e o fortalecimento da posição iraniana com o governo Maliki. Do outro lado, as pressões internas levaram o país a expandir os gastos sociais. Desta maneira têm-se dois elementos pressionando os gastos sauditas simultaneamente. Aumento dos gastos militares para conter o Irã e aumentos dos gastos internos para domar a oposição.

Neste cenário de aumentos de gastos, a Arábia Saudita viu sua margem de controle sobre a produção diminuir. O país aprendeu com a situação vivenciada pela OPEP nos anos 80 onde somente ela incorreu com os custos do ajuste. Desta vez, sua decisão foi distinta daquela ocasião. Durante a queda de preços o governo saudita deixou bem claro que ele não iria interferir na queda de preços. Em outras palavras, eles não iriam cortar sua própria produção no intuito de aliviar a baixa do petróleo. Ao contrário de algumas leituras, aqui sugere-se que esta decisão não foi uma opção, mas sim uma imposição frente aos aumentos de gastos que a Arábia Saudita vinha fazendo. Reduzir sua produção seria a certeza de reduzir suas receitas de exportação num momento onde a necessidade de mais receita se impunha.

O caminho tomado pela Arábia Saudita, apesar dos impactos sobre a produção dos independentes americanos, não está dissociada da grande estratégia dos EUA para o Oriente Médio. Muitos autores, como Galser e Kelanic (2017), defendem a revisão da posição americana no Oriente Médio. A própria postura oficial do Departamento de Estado americano aponta para um redirecionamento de suas prioridades para o Extremo Oriente. Mas, como diminuir a presença militar americana no Oriente Médio sem dar espaço aos adversários? A resposta está na estratégia designada pela ex-Secretária de Estado Hillary Clinton como “*leading from behind*”. Ou seja, deixar que os parceiros com interesses comuns aos americanos passassem a contribuir em maior medida com o financiamento dos gastos militares na região, conforme explica Lizza (2012).

Israel também vem se queixando dessa nova atitude americana para a região. Como aponta Kramer (2016) o ressentimento com o aparente abandono de Israel é uma tônica frequente no discurso israelense face às políticas do governo Obama. Da mesma maneira que Israel se sente “abandonado” pelos EUA, sendo levado a assumir maiores custos com seus interesses externos, a Arábia Saudita reclama pelas mesmas razões.

Sem os EUA para “dividir” a conta dos conflitos recentes, a Arábia Saudita se viu tendo que fazer o maior aumento em gastos militares dos últimos anos, conforme demonstram os dados de SIPRI (2017). Tendo que aumentar sua receita, o país ficou de mãos amarradas quando confrontado pelos seus pares da OPEP no sentido de tentar reduzir a produção para segurar o preço. Em novembro de 2014, os sauditas fazem com que seus parceiros da OPEP sintam o mesmo efeito pelo qual o próprio país havia passado nos anos 80. Desta vez, era o próprio reino que iria “trair” o cartel e não se ater às quotas de produção. Apesar de, obviamente, desejar preços altos para seu principal produto de exportação, a Arábia Saudita não controlou sua produção. Isso não foi motivado por uma

disputa contra seus concorrentes de longo prazo, mas sim pelos impasses políticos que o país foi levado desde a mudança de atitude dos EUA em relação ao Oriente Médio.

Vendo o Irã com uma influência crescente às suas bordas (com Maliki no poder no Iraque) e uma maior pressão interna (primavera árabe), o país passa a contar com menor auxílio americano (política do “*leading from behind*”). A resposta do governo é aumentar seus gastos sociais para controlar a oposição interna e aumentar os gastos militares de forma a tentar ganhar a ofensiva no setor externo. O aumento de gastos torna ainda mais essencial a geração de divisas externas, que para tanto necessitam da manutenção da receita de exportação com petróleo. Quando o preço do petróleo cai, o país se vê temeroso de reagir com um corte na produção, que assim como nos anos 1980, poderia diminuir ainda mais as receitas petrolíferas.

Mais uma vez, a OPEP se vê numa situação onde sua capacidade de impor um resultado de cartel ao mercado de petróleo é enfraquecida. Todos os países da OPEP, inclusive a própria Arábia Saudita desejariam preços mais altos. No entanto, os incentivos individuais, face à concorrência entre os países do bloco, impede que este resultado seja alcançado. A Arábia Saudita enfrenta, desta vez, o dilema dos prisioneiros, cooperar e reduzir a produção e potencialmente ajudar o Irã, ou apesar dos ônus, manter o ritmo de produção e garantir pelo menos um resultado intermediário (onde os dois perdem)? Aparentemente o reino tem se decidido pela segunda opção.

## 7 – Conclusões

A Arábia Saudita enfrentou desafios crescentes em relação a sua situação interna e externa nos últimos anos. Esses desafios levaram a uma enorme expansão dos gastos do país. Essa expansão de gastos levou as receitas de exportação de petróleo a tornarem-se ainda mais imprescindíveis. Quando o preço do petróleo começa a cair em meados de 2014, a OPEP poderia ter se posicionado de maneira a “*enxugar*” o excesso de oferta e manter o preço num patamar menos deprimido. No entanto, essa opção não existiu, pois a Arábia Saudita não podia abrir mão de suas receitas com a exportação de petróleo. Desta maneira o oligopólio não conseguiu impor uma solução de cartel para o mercado. O resultado de preços baixos para o petróleo pode ser encarado como uma situação de equilíbrio de Nash, onde os países preferem manter um nível de produção elevado, mesmo incorrendo nos custos advindos da baixa no preço.

Os prejuízos acumulados pela Arábia Saudita em função desta política podem ser avaliados com a diminuição de suas reservas internacionais e com as dificuldades financeiras que o país começa a encarar. Um exemplo eloquente dessas dificuldades é que o país propôs em 2016 a privatização de uma parte de sua principal empresa, a petrolífera Saudi Aramco, como pode ser visto em *Financial Times* (2016). Ou seja, o país está pagando caro no cenário de baixo preço do barril de petróleo. Imaginar que o país arcaria com todos estes custos em função de uma concorrência futura com o petróleo americano parece exagerar a capacidade de sacrifícios reais que o país enfrenta em função de uma potencial concorrência no longo prazo.

Desta maneira, pode-se afirmar que a Arábia Saudita não está satisfeita com a situação recente do mercado de petróleo, e se ela não atuou para mudá-la é mais em função de suas restrições do que uma atitude estratégica deliberada. Ou seja, a Arábia Saudita foi forçada ao caminho de não controlar a produção e não uma atitude de duelo com os produtores americanos como sugeriu a capa da revista *The Economist* em 2014.

Cabe finalmente perguntar, já que a Arábia Saudita está insatisfeita, assim como todos os produtores de petróleo, quem ganha com essa situação? Os indicadores apontam os EUA como o país que cumpriu seus interesses ao jogarem a Arábia Saudita e o mercado de petróleo na situação atual. Se o objetivo de política externa do governo Obama era dividir parte dos gastos militares com seus aliados, a situação parece ter melhorado muito desta perspectiva. A invasão da Líbia foi financiada por França e Inglaterra e a Guerra na Síria tem imposto seus custos para Israel e Arábia Saudita. A saída do Iraque aumentou os gastos militares do Irã e da Arábia Saudita, tornando o primeiro mais dócil nas negociações sobre o programa nuclear e o segundo responsável pelo financiamento dos exércitos sunitas combatentes no Iraque e na Síria. Isso permite aos EUA seu “*pivô para a Ásia*”, diminuindo a presença no Oriente Médio e focando no que é considerado seu principal rival no longo prazo, a China.

Do ponto de vista das empresas americanas que estão sendo prejudicadas pelo preço baixo do petróleo, é necessária uma última observação. É verdade que os produtores pequenos, chamados de independentes, que dominaram a cena nascente do “*shale oil*” estão sofrendo com o patamar de preços baixos. Por outro lado, as grandes empresas internacionais passaram as últimas décadas acumulando enormes fortunas sem ter projetos de desenvolvimento da produção para investirem (era comum a recompra de ações por parte dessas companhias, prática típica de empresas sem opções de investimentos muito atrativas). Com a queda do preço do petróleo abre-se uma oportunidade para essas empresas, não só avançarem sobre seus concorrentes dentro do mercado interno americano, como para que ocupem o espaço deixado pela crise que os preços baixos veem impingindo às empresas

nacionais de petróleo. A privatização da Saudi Aramco certamente abrirá espaço para as empresas ocidentais poderem extrair o que é considerada a reserva de petróleo mais lucrativa do mundo.

## Referências

Abukhalil, A. (2004). *The Battle for Saudi Arabia. Seven Stories.* New York.

Anderson, J. L. (2015). *ISIS Rises in Libya.* In: *The New Yorker.* Condé Nast. New York. 04 de Agosto de 2015.

Auzanneau, M. (2015). *Or Noir. La Grande Hitoire du Pétrole.* La Découverte. Paris.

Boniface, P. (2014). *Le Grand Livre de la Géopolitique.* Eyrolles. Paris.

BP (2016). *BP Statistical Review of World Energy 2016.* Disponível online em: <https://www.bp.com/content/dam/bp/pdf/energy-economics/statistical-review-2016/bp-statistical-review-of-world-energy-2016-full-report.pdf>

Bronson, R. (2006). *Thicker than Oil.* Oxford University Press. New York.

Brown, A. C. (1999). *Oil, God, and Gold.* Houghton Mifflin. New York.

Cattaruzza, A; Foucher, M. (2014). *Atlas des Guerres et Conflits.* Autrement. Paris.

Cohen, E; Edelman, E; Takeyh, R. (2016). *Time to Get Tough on Tehran.* In: *Foreign Affairs.* V.95. N.1. Janeiro/Fevereiro de 2016.

Cooper, A.S. (2011). *The Oil Kings.* Simon & Schuster Paperbacks. New York.

Copinschi, P. (2012); *Le Pétrole, Une Ressource Stratégique.* La Documentation Française. Paris.

Favennec, J.P; Mathieu, Y. (2014). *Atlas Mondial des Energies.* Armand Colin. Paris.

Energy Information Administration (2017a). *Europe Brent Spot Price FOB.* Disponível online em: <https://www.eia.gov/dnav/pet/hist/LeafHandler.ashx?n=PET&s=rbrte&f=D>

Energy Information Administration (2017b). *International Energy Statistics.* Disponível online em: <https://www.eia.gov/beta/international/data/browser/#/?vs=INTL.44-1-AFRC-QBTU.A&vo=0&v=H&start=1980&end=2014>

Engdahl, W. (2007). *Pétrole, Une Guerre d'un Siècle.* Jean-Cyrille Godefroy. Sables-d'Olonne.

Financial Times (2016). *The Privatisation of Saudi Aramco.* Disponível online em: <https://www.ft.com/content/45295af2-bff6-11e6-9bca-2b93a6856354>

Furfari, S. (2012). *Politique et Géopolitique de l'Énergie.* Editions Technip. Paris.

Gause III, F.G. (2016). *The Future of US-Saudi Relations.* In: *Foreign Affairs.* V.95. N.4. Julho/Agosto de 2016.

Glaser, C; Kelanic, R. (2017) *Getting Out of the Gulf.* In: *Foreign Affairs.* V.96. N.1. Janeiro/Fevereiro de 2017.

Huntington, S. (1995). *The Clash of Civilizations?* In: *Foreign Affairs.* V.72.N.3. Verão de 1993.

International Energy Agency (2013). *Resources to Reserves 2013.* Disponível online em: <https://www.iea.org/publications/freepublications/publication/Resources2013.pdf>

Kesicki, F. et al. (2009). *The third oil price surge – What is different this time and what are possible future oil price developments?* Institute of Energy Economics and the Rational Use of Energy. Universität Stuttgart.

- Körner, K; Masetti, O. (2015). GCC in Times of Cheap Oil. Deutsche Bank Research. Disponível online em: [https://www.dbresearch.com/PROD/DBR\\_INTERNET\\_EN-PROD/PROD000000000356788/Presentation%3A\\_GCC\\_in\\_times\\_of\\_cheap\\_oil%3A\\_an\\_opport.pdf](https://www.dbresearch.com/PROD/DBR_INTERNET_EN-PROD/PROD000000000356788/Presentation%3A_GCC_in_times_of_cheap_oil%3A_an_opport.pdf)
- Kramer, A. (2016). Israel and the Post-American Middle East. In Foreign Affairs. V.95.N.4. Julho/Agosto de 2016.
- Lacey, R. (1981). The Kingdom. Harcourt Brace Jovanovich. New York.
- Lacey, R. (2009). Inside the Kingdom. Viking. London.
- Lévesque, J. (2016). Quitte ou Double de la Russie à Alep. In: Le Monde Diplomatique. N.752. Paris. Novembro de 2016.
- Lizza, R. (2011). Barack Obama's Foreign Policy. In: The New Yorker. Condé Nast. New York. 02 de maio de 2011.
- Mankiw, G. (2014). Introdução à Economia. Cengage. São Paulo.
- Maugeri, L. (2006). The Age of Oil. Praeger. Westport.
- Parra (2004). Oil Politics. I. B. Tauris. New York.
- Peer, B. (2012). Modern Mecca. In: The New Yorker. Condé Nast. New York. 16 de abril de 2012.
- Pertusier, R. (2004). Sobre a Eficácia da OPEP como Cartel e de suas Metas como Parâmetros de Referência para os Preços do Petróleo. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Sampson, A. (1975). The Seven Sisters. PFD. London.
- Sant'anna, I. (2015). O Terceiro Templo. Objetiva. Rio de Janeiro.
- Séguier, E. (2014). Les Branches de l'Islam. In: L'Atlas des Religions. Rue des Écoles. Paris.
- Stockholm International Peace Research Institute (2017). SIPRI Military Expenditure Database. Disponível online em: <https://www.sipri.org/databases/milex>
- Stent, A. (2016) Putin's Power Play in Syria. In: Foreign Affairs. V.95.N.1. Janeiro/Fevereiro de 2016.
- Sovereign Wealth Funds Institute (2017). Sovereign Wealth Funds Rankings. Disponível online em: <http://www.swfinstitute.org/sovereign-wealth-fund-rankings/>
- The Economist (2014). The New Economics of Oil: Sheiks vs. Shale. Disponível online em: <http://www.economist.com/news/leaders/21635472-economics-oil-have-changed-some-businesses-will-go-bust-market-will-be>
- Yergin, D. (2008). The Prize. Free Press. New York.
- Yergin, D. (2011). The Quest. The Penguin Press. New York.